

DILEMAS DA AGRICULTURA FAMILIAR CAMPONESA EM TUCANO-BA

Manoel Andrade dos Santos

Graduando em Geografia AGES de Tucano

manoelandrade_geografia@outlook.com

Felippe Pessoa de Melo

Graduação em Geografia-UPE, Especialização em Programação do Ensino de Geografia-

UPE, Mestrado em Geociências e Análise de Bacias-UFS/PGAB, Doutor em Geografia-

UFS/PPGEO, Faculdade AGES de Tucano

felippemelo@hotmail.com

INTRODUÇÃO

A economia mundial sofreu grandes transformações com o decorrer dos anos, na idade média voltada para policultura, as áreas de várzeas eram povoadas, com objetivo de cultivar alimentos para sobrevivência de seus familiares. Esses agricultores praticavam a agricultura do campesinato, em que retiravam da terra apenas subsídios para sobrevivência e o excedente comercializavam em feiras livres.

Segundo Zamberlam e Fronchete (2012), a agricultura camponesa se deu por necessidade de sobrevivência, a qual eram formadas por: caboclos, mamelucos, mulatos e imigrantes, a maioria em seus cernes eram pequenos agricultores, que trabalhavam para suprir as demandas dos centros urbanos com alimentos provenientes do setor primário.

As vilas eram formadas nos arredores dos rios, devido a fertilidade do solo. Um exemplo disso é a constituição da cidade do Egito, a qual foi construído por povos nômades ao redor do Rio Nilo, pois, em tempos de enchente o mesmo transbordava até as margens, trazendo nutrientes para essas áreas. Visto a necessidade de água para sobrevivência, construíram diques e reservatórios para abastecer a população local e fazer irrigações para o plantio agrícola, não tendo o refinamento que as técnicas de manejo do solo possuem atualmente, porém, bastante eficaz para época.

De acordo com Pons (2008), nos períodos torrenciais o Rio Nilo transbordava, alagando todas as vilas aos seus arredores, os moradores locomoviam-se através de canoas de papiro ou de madeira de sicômoro. Então nessas áreas eram depositadas grandes quantidade de sedimentos, na qual era chamada de limo, esses resíduos, deixados pelas águas do Nilo tinham uma grande capacidade de fertilidade do solo, tornando viável para agricultura.

O setor primário da economia brasileira sustentou e supriu a necessidade da sociedade por muito tempo, no início da colonização a exploração da terra foi bem acentuada, quando os europeus perceberam que o solo era fértil, podendo mercantiliza-lo por meio de plantações. Esse processo de exploração do solo foi consolidado através de sesmarias, lotes

de terra doados para colonizadores, expressando então sua territorialização e configurando domínio da coroa.

Dessa forma a má distribuição das terras brasileiras, causaram conflitos que transcorreram o tempo e o espaço. Os indígenas e pequenos agricultores rurais lutam por questões territoriais, visto que a necessidade de maior produção de alimentos, mecanizou o campo e expropriou camponeses que praticavam agricultura alternativa, portanto, visando a ocupação das terras e uma maior produtividade de alimentos, as empresas implantaram o agronegócio, sistema de plantation, que viria excluir a mão de obra familiar e dar uma nova roupagem ao meio rural, implantando técnicas de agricultura mecanizada ou moderna. Esses dilemas agrários, desencadearam movimentos rurais que tinha como objetivo uma redistribuição territorial do espaço agrário brasileiro.

Ademais a política do agronegócio se estabeleceu nas áreas rurais, tirando o sustento do agricultor local e devastando florestas para prática de agricultura extensiva/intensiva, a revolução verde produtora de insumos químicos e de outras técnicas de manejo do solo, viabilizou a expansão do capitalismo no campo, trazendo consequências para quem subsidiava naquele território e dependia do mesmo para sua sobrevivência.

Segundo Portela e Fernandes (2008), a expansão do capitalismo consolidou uma política de segregação dos agricultores camponeses, introduzindo nos setores rurais uma infraestrutura da logística do agronegócio, com a utilização em massa de tecnologias e sementes melhoradas, particularidades da agricultura moderna. Conceituando agronegócio como o conjunto de sistemas, que atingiu um grau de complexidade técnica, científica, tecnológica e político-ideológico, em que incorpora no campesinato uma dominância, deixando-os em condições de subserviência.

Com isso os camponeses, foram forçados a deixarem o campo e fixarem suas novas moradias no perímetro urbano. Mas como não tinham condições financeiras para fixassem em áreas adequadas, fixaram suas moradias nas encostas dos vales, e nelas começaram a praticar agricultura familiar. (MELLO; SOUZA, 2015, p. 12).

Dessa forma a instalação dos expropriados do campo no perímetro urbano, desencadeou uma série de fatores que vão desde a formação sindical há movimentos de contestação e luta pelos direitos trabalhistas e/ou reivindicação pelo ato de residir na terra. Esses movimentos tiveram seu emergimento no setor rural, porém com a política capitalista, transcenderam essas dicotomias conceituais entre campo/cidade.

Desse modo o surgimento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST, como grupo de reivindicação pelas terras, teve grande visibilidade e com o passar do tempo mais adeptos. Na atualidade produzem e comercializam por meio de cooperativas, esses

produtos são cultivados sem agrotóxicos e são utilizados adubos orgânicos, dado que o movimento MST traz características sustentáveis em seu manejo da terra.

Conforme Fernandes (1999), formação do MST aconteceu de forma integrada, sendo incorporados a esse movimento outras instituições políticas como a Comissão Pastoral da Terra, que se difundiu ao MST, por meio da igreja católica, tornando-se um movimento de autonomia política.

Segundo Theodoro et al. (2009), devido as mobilizações populares em 1996, surge o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), por meio de políticas públicas, em que o estado se sentindo pressionado custeia crédito rural para o desenvolvimento e financiamento dos agricultores do campesinato. Esses empréstimos rurais eram feitos pelo governo, visando uma maior rotatividade do capital no campo e também para mitigar o processo de desigualdades sociais.

A luz dessa problemática o presente trabalho teve como objetivo analisar os dilemas da agricultura familiar camponesa em Tucano-BA.

A partir dessa tipologia pode-se compreender as conflitualidades entre modelos de desenvolvimento que disputam territórios, condição essencial para a sua expansão. Estamos nos referindo especialmente aos modelos de desenvolvimento do agronegócio, resumidamente a partir da produção de monoculturas em grande escala, com trabalho assalariado, intensamente mecanizado e com utilização de agrotóxicos e sementes transgênicas. E ao modelo de desenvolvimento do campesinato ou agricultura familiar, resumidamente a partir da produção de policulturas, em pequena escala, com predominância do trabalho familiar, com baixa mecanização, em sua maior parte, com base na biodiversidade sem a utilização de agrotóxicos. (FERNANDES, 2014, p. 8).

MATERIAIS E MÉTODOS

A presente pesquisa terá como concepção metodológica o pensamento de Fernandes desenvolvido em 2005, o qual foi socializado pelo professor Felipe Pessoa de Melo em aula ministrada em 2019 por meio de slide. Segundo Fernandes 2015 território é espaço de governança, o que vai dialogar com outros autores como Marcelo Lopes de Souza que conceitua território como área de delimitação por e a partir das relações de poder. O grande avanço no método de Fernandes foi categorizar o território, a qual a priori parece simples, mas aborda um grau de complexidade, sendo assim, permitindo que seja atrelado outras variáveis importantes para a geografia, como espaço e tempo.

- 1º Território compreendido por Fernandes como espaço de governança, em que nesse âmbito, observa-se as relações de poderes, sendo que devem ser analisadas de maneira multidimensional e de multiescalaridade;

- 2° Território categorizado pela propriedade, na qual existem a conflitualidade e as disputas por terra, tomando como exemplo os conflitos vivenciados pelos agricultores do campesinato e a política do agronegócio;
- 3° Território caracterizado pelo fluxo ou movimento de culturas, dado que nesse território é perceptível as relações de poder por sujeitos organizacionais. Tendo como exemplificação a cultivo de milho em Tucano, visto que se manifesta em outras áreas da Bahia.

O método de Fernandes traz ainda características com relação as categorias de território, na qual o 1° e o 2° são fixos podendo ser material ou imaterial, por conseguinte dentro dos conflitos materiais existem os imateriais sob custódia de concepções teóricas, o 3° é móvel sendo relacionado ao espaço e ao tempo.

Optou-se ainda por usar o método de Josué de Castro, para dar sustentação teórica, as ideias expostas e defendidas nesta pesquisa, a obra Geografia da Fome (1984), analisa os impactos da mesma nas sociedades e nas diferentes regiões do país. Partindo do pressuposto que a fome é uma construção social, Castro demonstra em sua pesquisa pelos diversos pontos do Brasil, que a fome está presente em todo o território brasileiro, sendo que cada lugar tem suas particularidades socioespaciais e naturais, e esse fenômeno adapta-se a esses contextos.

Josué de Castro (1984), correlaciona os fatores naturais e culturais e como forma didática, estrutura sua pesquisa do seguinte modo: áreas alimentares, epidêmicas, endêmicas e subnutrição, estabelecendo um mosaico da qualidade e quantidade alimentar das deferentes áreas geográficas do país.

- Área Amazônica tem sua base alimentar constituída, em primazia de farinha de mandioca, Peixe, rapadura e feijão, refletindo nas endemias de fome, nesta parte do território brasileiro;
- Área do Nordeste açucareiro compreende a faixa litorânea do Brasil, e a sustentação dessa, são a base de mandioca, aipim, charque e feijão, sendo que a falta de outros alimentos, tornam a alimentação da zona da mata carente em determinadas proteínas, calóricos e sais minerais, tornando-se um meio endêmico;
- Área do Sertão Nordestino tem como os principais produtos consumidos milho, feijão, carne e rapadura, possibilitando uma maior diversidade alimentar em relação as áreas anteriores, sendo designada como fome epidêmica, pois acomete em períodos secos ou de estiagem;

- Área do Centro-Oeste é considerada de subnutrição, pois acomete uma parcela reduzida da população, tendo como principais produtos milho, feijão, toucinho, e lombo de porco;
- Área do extremo Sul também é denominada como uma zona de subnutrição, sendo consumido produtos como carne, arroz e batata.

Visto isso Castro faz um panorama da fome no país, criando um mosaico dos diversos alimentos consumidos pela população, percebendo as diferenças regionais e quais os teores nutritivos típicos de cada região, afim de analisar as consequências somáticas e psíquicas nos indivíduos, caracterizando assim a fome como fenômeno sociocultural.

REVOLUÇÃO VERDE

A revolução industrial enveredou o processo para revolução verde e/ou mecanização do campo, e no final da segunda guerra mundial (1939 - 1945), a estrutura político-econômico se sistematizou em dois blocos e deu ênfase para as disputas ideológicas da guerra fria. A corrida pela industrialização e a produção armamentos bélicos dessas potencias, ocasionaram grande destruição, sendo necessário o aumento da produção de alimentos para suprir a necessidade das famílias.

A revolução verde surge nesse cenário caótico de guerra, em que as empresas detentoras do capital, visando um aumento na produção e uma maior expansividade de seu domínio político, discursam sobre a mecanização do campo com o objetivo aparente de erradicar a fome em âmbito mundial. Visto isso as transnacionais e as multinacionais, a priori investiram pesado em armamentos bélicos para suprir a necessidade das guerras, posteriormente desenvolveram em laboratórios estudos químicos e biológicos.

Pode-se concluir que a Revolução Verde não é apenas um avanço técnico para aumentar a produtividade, mas também existe uma intencionalidade inserida dentro de uma estrutura e de um processo histórico. Neste sentido, será imprescindível remeter para o contexto do final da Segunda Guerra Mundial, em cujo momento é possível vislumbrar a formação de um conjunto de variáveis, sejam elas técnicas, sociais, políticas e econômicas para o desenvolvimento da Revolução Verde. (ANDRADES; GANIMI, 2007, p. 03).

Todavia o processo produtivo era em pequena escala e a demanda era exaustiva, então fez se necessário o uso de meios para o aceleração dessa produção, isso provocou o surgimento de sementes melhoradas e o aumento no uso de insumos agrícolas para tentar mitigar a fome causada pelos conflitos geopolíticos.

O paradigma da fome foi usado pelas grandes empresas como discurso hegemônico de dominação capitalista, nesse contexto:

[...] a fome coletiva é um fenômeno social bem mais generalizado. É um fenômeno geograficamente universal, não havendo nenhum continente que escape à sua ação nefasta. Toda a terra dos homens tem sido também até hoje terra da fome. Mesmo nosso continente, chamado o da abundância simbolizado até hoje nas lendas do Eldorado, sofre intensamente o flagelo da fome. (CASTRO, 1984, p. 56).

Portanto, o discurso político de atenuar os efeitos da fome em detrimento dos recursos naturais, possibilitou a incorporação de medidas socioeconômicas na ampliação do uso desenfreado dos pacotes tecnológicos, desenvolvido pela revolução verde, com intuito abrangente de disseminação e com isso aumentar a produtividade e melhorar a aparência dos alimentos cultivados. Entretanto, esses insumos atrelados ao fetiche do aumento de produção/expansão dos mercados, causam prejuízos ao ambiente e os seres humanos.

De fato, a segurança alimentar é pautada pela necessidade do cumprimento dos deveres do estado em atribuir uma alimentação saudável e nutritiva para a população, contudo com a industrialização do campo esta oferta ficou comprometida, devido ao alto teor de uso de insumos agrícolas em produtos advindos do setor rural. De acordo com o inciso 1º do art. XXV da Declaração Universal dos Direitos Humanos, elaborado em 1948, o direito à alimentação é consagrado como um direito social básico.

Todo ser humano tem direito a um padrão de vida capaz de assegurá-lo, e a sua família, saúde e bem-estar, inclusive alimentação, vestuário, habitação, cuidados médicos e serviços sociais indispensáveis, e direito a segurança em caso de desemprego, doença, invalidez, viuvez, velhice ou outros casos de perda dos meios de subsistência em circunstâncias fora de seu controle. (ONU, 1948).

O discurso politizador das transnacionais em exterminar a fome, consolidou a dominação do meio campesino, introduzindo as máquinas e os agrotóxicos na agricultura, exterminando parte da fertilização natural dos solos, impregnando as lavouras de pesticidas, fungicidas, inseticidas e provocando a degradação da saúde humano, expondo trabalhadores a situações de calamidade pública.

“As transnacionais que têm exercido o monopólio sobre a agricultura, evoluem a um patamar sem precedentes. Desenvolvem técnicas sem produzir diretamente no campo e buscam meios para subordinar o capital à produção.” (HORII, 2015, p. 03).

Diante disso, a revolução verde propiciou o aumento na produção de monoculturas, deixando o agricultor camponês para trás na produção de alimentos, o

agronegócio é visto pelo agricultor familiar camponês como expropriador dos indivíduos do campo, possuidor de grandes latifúndios e commodities, tem em sua campanha de expansão a exportação de alimentos. Os problemas provenientes do uso de agrotóxicos em lavouras veem se acentuando, devido ao uso desenfreado dos mesmos pelas empresas, afim de garantir uma maior produtividade, expõe e prejudica a vida ecológica e humana quando expostas indiretamente e/ou diretamente a esses produtos químicos.

Nesse sentido, estes aspectos desvelam as contradições da proposta inicial do pacote da modernização agrícola. Em vigência dessas propostas apresentadas pelo pacote tecnológico da Revolução Verde foi que, no Brasil, na década de 1960, os agrotóxicos passaram a fazer parte do cotidiano dos trabalhadores do campo, expondo familiares e comunidades inteiras a intoxicação, interferindo em seu ciclo de vida r meio das mais variadas formas de contaminação (RIBEIRO, 2018, p. 02).

Sendo assim, os pacotes tecnológicos foram desenvolvidos com o intuito de aumentar a produção de alimentos e assim amenizar os efeitos da fome no mundo, causados pelos conflitos territoriais geopolíticos. No Brasil foi introduzido no período militar, momento conturbado e de revoltas pelo país, em que os camponeses lutavam pelos seus direitos a terra e pediam a reforma agrária. Então em meio a esse conflito, surge os ambientalistas que contestam a modernização da agricultura, propondo outro viés não prejudicial à saúde humana e aos recursos hídricos, com uma noção de sustentabilidade e preservação do ecossistema, para assim garantir a vida das gerações futuras do planeta.

A industrialização no campo agiu de forma perversa para com os agricultores rurais, dando possibilidades para as empresas se instalarem nessas áreas, marginalizando os indivíduos que subsidiavam nesses territórios, tornando o capital o meio viável para expansão da mais valia no setor agrícola. Como consequência da adição de adubos químicos nas lavouras de café, açúcar, milho e soja aumentam os índices de contaminação de lenções freáticos, improdutividade dos solos e perda da biodiversidade, surgindo assim no espaço geográfico, uma paisagem antrópica ou artificializada, produzida a partir da técnica/ciência.

No começo era a natureza selvagem, formada por objetos naturais, que ao longo da história vão sendo substituídos por objetos fabricados, objetos técnicos, mecanizados e, depois, cibernéticos, fazendo com que a natureza artificial tenda a funcionar como uma máquina. (SANTOS, 2006, p. 39).

No que concerne ao Brasil, a implantação da revolução verde teve início por volta de 1950 no período compreendido entre o governo de Juscelino e a ditadura militar, consolidou-se em 1970 quando foi instituído por lei o Plano Nacional de Defensivos Agrícolas, uma política hegemônica de dominação das empresas, visando um maior fluxo agrícola para outros países. utilizava-se a monocultura como único modelo agrícola dominante, no entanto existiam produções de culturas distintas que servia de base para alimentação interna.

Neste período o Estado custeava crédito rural para agricultores, deixando os camponeses endividados com os bancos. Esse capital emprestado era para implementação de máquinas e insumos agrícolas no setor agrário, visto pelos governantes como fonte para aumentarem a exportação de alimentos e fortalecer a ligação econômica em nível internacional. Dentro desse modelo capitalista de produção enfatiza a desigualdade socioespacial e a política de erradicação do campesinato, fazendo surgir o agricultor familiar altamente engajado no mercado.

A modernização no campo favoreceu ao processo de endividamento dos produtores em razão das solicitações de empréstimos aos bancos nacionais para a mecanização, restando como alternativa de pagamento a venda da propriedade que, na maioria dos casos, é o único meio de subsistência, principalmente para as famílias camponesas. (RIBEIRO, 2018, p. 01).

Conforme Santos; Silveira (2006), a política de expansão agrícola, por meio de agroquímicos se consolidou com a chegada do Sistema Nacional do Crédito Rural no ano de 1966, em que ofertava capital e orientava-os com aparato técnico. Então com o custeio do crédito, obrigavam a compra de insumos agrícolas, sendo assim tendo um pico de 2/3 nos financiamentos concedidos entre 1970 e 1980.

Na atualidade os conflitos acometem vários territórios, a política do agronegócio se expande cada vez mais, proporcionando um maior fluxo de mercadorias entre os países. Contudo a conflitualidade por disputas territoriais se acentuou e a política do uso de “defensivos agrícolas” em plantações aumentou, corroborando para maiores discussões em âmbito ambiental, visto que os mesmos causam malefícios para o ser humano.

No que concerne à cidade de Tucano-BA, segundo dados do (IBGE) Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, possui uma população de 52.418 habitantes (2010), em uma área territorial de 2.185,014 km² (2018). O uso de agroquímicos na agricultura é evidente, visto que as lavouras de monoculturas são irrigadas e os alimentos bem constituídos, a cidade é situada em um lugar beneficiado pelos recursos hídricos, propiciando o cultivo irrigado de milho, e feijão. ainda se observa que a

dominação capitalista não completou sua transição, pois existem pequenos produtores da agricultura camponesa, na qual cultivam para seu sustento, e utilizam materiais orgânicos para fertilização do solo. Dentro dessa perspectiva sustentável, produz-se hortaliças e outros derivados mantendo uma relação agroecológica com terra cultivada.

Visto que a fertirrigação química prejudica a dinâmica do ambiente, procurou-se alternativas para atender as demandas de adubação do solo. A fertilização sustentável, utiliza-se de mecanismos orgânicos produzindo uma grande quantidade de húmus, por meio de esterco de animais (caprinos, ovinos,) e vegetais (restos de alimentos) esses dejetos passam por um processo de compostagem e o resultado final é utilizado pelos agricultores familiares, o qual produzem alimentos para sua sustentabilidade e a comercialização do excedente.

Figura 01: Produção de hortaliças, Tucano-BA



Fonte: SANTOS, 2019.

Conforme demonstrado na imagem, a produção de hortaliças compõem o quadro econômico de alimento produzidos na região Tucanense, corroborando para ascensão da economia do município, esses produtores se encaixam nos moldes de agricultura familiar camponesa, pois produzem em pequenos lotes, tem como base a mão de obra familiar, usam técnicas de fertilização orgânicas e tecnologias rudimentares.

No sistema agrícola camponês, a biodiversidade, a predominância do trabalho familiar e a produção em pequena escala são algumas das principais referências. Com esta leitura estamos afirmando que o sistema agrícola camponês não é parte do agronegócio; todavia, como o capital controla a tecnologia, o conhecimento, o mercado, as políticas agrícolas etc., os camponeses estão subalternos. (PORTELA; FERNANDES, 2008, p. 49).

De acordo com o censo do IBGE (2017), em uma área de 116.660 hectares, com um número de 5.007 estabelecimentos agropecuários pesquisados, demonstraram 762 fizeram uso de adubação, e dentro desse quesito 270 eram químicas, 389 orgânica, 103 fizeram uso de ambas, e 4233 não fez uso de nenhuma adubação. No que se refere a agrotóxicos 84 estabelecimentos utilizaram e 23 deles não precisavam, 4911 optaram por não usar. Dentro da pesquisa 4999 tinha laço de parentesco com o produtor e 605 sem laço, demonstrando que há prevalência, quanto ao número de agricultores familiares.

A mecanização do campo, da área acima pesquisada possuem 301 estabelecimentos com tratores, 195 semeadeiras/plantadeiras, 66 colheitadeiras, 44 adubadeiras ou distribuidoras de calcário, e contém uma área irrigada de 397 estabelecimentos.

A implementação de novas famílias de técnicas, em benefício do modo capitalista e a globalização do campo, deixa o pequeno camponês em condições de subserviência, devido ao mesmo fazer uso das técnicas de cultivo de menos agressão ao meio ambiente. Esses alimentos provenientes do setor agrícola não capitalista são comercializados em feiras livres, com o marketing de que são produtos orgânicos sem o uso de agroquímicos.

EXPROPRIAÇÃO DA TERRA

Na idade média o feudalismo era usado como instrumento de dominação das classes servis pela nobreza da época, o Suserano comandava toda a vila, outorgando terras para os senhores feudais, que por sua vez cultivava as mesmas, através do trabalho praticado pelos camponeses. Esses senhores donos da propriedade sobreviviam de impostos arrecadados e da mão de obra dos que cultivavam a terra.

O modo feudal de produção tinha como estrutura básica de seu desenvolvimento a propriedade do senhor sobre a terra (os feudos) e a propriedade limitada do senhor sobre o camponês servo (servidão). Através dessa propriedade limitada do senhor sobre a pessoa do camponês servo foi edificada a coerção feudal. Ela permitia que o senhor pudesse exigir os tributos e as prestações pessoais. (OLIVEIRA, 2007, p. 13).

Portanto o sistema feudal chegou até as colônias brasileiras, sendo sistematizada pelos portugueses, provenientes do continente europeu, esta organização política baseia-se na exploração das terras, adquirindo riquezas e empoderamento para a coroa, assim disseminando sua hegemonia sobre a sociedade camponesa.

Por essa viés, o processo expropriatório começou desde a invasão dos portugueses na costa litorânea, com a chegada dos lusitanos no território brasileiro os nativos que subsidiavam naquelas terras e sobreviviam da coleta de frutos e caça animais, foram expulsos dos seus territórios e escravizados, aqueles que se opuseram adentraram nas matas e foram caçados e aprisionados, sendo parte da população indígena dizimada. Essas sociedades viviam de modo equilibrado com a natureza, o que se transformou com a chegada dos europeus no continente, pois visavam apenas o lucro das terras recém invadidas e inexploradas.

Os sistemas de capitanias hereditárias, implantado na costa brasileira trouxe em sua essência a mercantilização das terras, feito isso começaram seu processo de exploração. Com as glebas já conquistada sistematizaram-se em colônias para cultivo das terras, doaram sesmarias para os que poderiam dar retorno financeiro a coroa, ou seja, não era qualquer camponês que poderia receber essa dádiva e sim aqueles com capacidade para tirar lucro das propriedades doadas pelos donatários.

“Exploração sistemática da nova colônia se faria a partir da quarta década do século XVI, quando os colonizadores dividiram o território brasileiro em capitanias hereditárias e estimularam os donatários a iniciar o povoamento em cada um de seus lotes” (ANDRADE, 2004, p. 30).

O sistema fundiário brasileiro, proveniente do sistema colonial causou no decorrer do tempo grandes conflitos no setor agrário, a qual acontecia as maiores injustiças sociais. Decorrido disso, começaram os levantes e as revoltas por todo o país uns de caráter separatistas e outros nativistas, esses dilemas socioespaciais levaram há anos depois a gênese da Lei de Terras, que tinha como objetivo central uma reestruturação no sistema de propriedade vigente, sendo assim, fazendo uma justiça social. A mesma lei, pretendia impedir que os imigrantes tivessem acesso à terra, gerando disputas nos grandes territórios, deixando claro que a posse da terra ficava exclusiva a compra e venda ou doação pelo estado.

Estes fatos e a defesa dos “direitos” da elite latifundiária, agrário-exportadora determinaram a promulgação da Lei de Terras (lei nº. 601, de 18 de setembro de 1850) que estabelecia o processo de compra e venda para aquisição de propriedades.” (ANDRADE, 2004, p. 56).

A situação exposta aumentou o domínio dos grandes fazendeiros e provocou uma má distribuição das terras, acirraram-se mais ainda as disputas por feudos, emergindo o Estatuto da Terra em 1964 com a proposta de apaziguar as relações conflituosas entre os donos da terra e os que não a possuem, procurando evitar a eclosão de uma revolta

camponesa. Nessa conjuntura política os militares estavam no poder e tentavam frear os manifestos sociais pelo país.

Instrumento de vanguarda em 1964, apesar de idealização pelos militares que tomaram o poder do presidente João Goulart, suas ideias continuam vigente, tanto que, ainda em 1988 muitos dos seus institutos foram constitucionalizados e hoje são princípios que regem a vida no país. (BARROS, 2013, p. 37).

O estatuto da terra, tinha como legado positivo fazer a reforma agrária e elevar a agricultura no Brasil, o primeiro ficando apenas ratificado no papel, pois apesar da proposta inicial ser de caráter justo e social, os meandros para colocar em prática eram dificultosos por parte dos militares que viam o estatuto como maneira de amenizar os conflitos por territórios. Porém, a segunda proposta foi bem desenvolvida no país, tomando grandes proporções e proporcionando um maior desenvolvimento capitalista.

Segundo Barros (2013), A lei que determinava obrigatória a reforma agraria tinha como caráter principal a justiça social, fazendo distribuição das terras por meio da desapropriação dos grandes feudos improdutivo, sendo exclusivo da União o poder de desapropriar para fins de reforma agrária, por intermédio de convênio com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) proibindo o Estado, o Distrito Federal e Município de ratificar esse processo de desapropriação, podendo esses órgãos fazer a redistribuição das terras se por eventual compra dessas propriedades e por vontade própria queiram distribuir.

A reforma agrária é uma política social em que visa a redistribuição das terras e por meio dos órgãos reguladores como INCRA fazem essa justiça social. O aumento da produtividade por meio da agricultura faz-se necessário para assim tornar as terras devolutas, em latifúndios produtivos. São passíveis a desapropriação as terras improdutivo de grande porte, equivalendo mais de 15 módulos fiscais, as pequenas e medias propriedade não se enquadram nessa medida.

Fazer a reforma agrária significa realizar o assentamento no campo de pessoas e famílias que querem terra para trabalhar. É uma política pública de responsabilidade do governo federa, que pode ser executada por meio de um projeto amplo que deve ter como objetivos principais: a desconcentração fundiária, para evitar que a terra permaneça nas mãos de poucas pessoas ou empresas; a democratização do acesso a terra, possibilitando que mais pessoas tenham acesso à terra para trabalhar. (PORTELA; FERNANDES, 2008, p. 38).

A luta pelo direito agrário teve grandes dimensões e ao seu lado grandes movimentos que contestavam seu direito a terra, a eclosão do MST formalizou uma

insatisfação dos pequenos produtores em relação ao sistema fundiário brasileiro e posteriormente a introdução do capital nas áreas rurais. Os latifundiários possuem grandes lavouras de monoculturas, sendo esses produtos usados para exportação, a mão de obra utilizada deixou de ser humana e passou a ser mecanizada, ocasionando uma desempregabilidade nas áreas rurais e provocando os movimentos migratórios internos, como a evasão do campo.

O histórico do MST provoca uma responsabilidade social e de classe, além disso esse movimento socioterritorial não pode perseguir seus objetivos estratégicos sozinho, pois, pensar alternativas estratégicas de combate ao capitalismo e ao agronegócio, é uma necessidade imediata e permanente. (BIZERRA, 2019, p. 10).

Desse modo a expropriação ocorre pelo simples fato da expansividade do agronegócio no setor agrícola, essa atividade política de dominação hegemônica a cada vez mais se territorializam no espaço geográfico e em contrapartida a essa politicidade se engendra a luta do MST, que tem suas bases teóricas no marxismo. A terra foi campo de grandes batalhas no decorrer dos tempos, visto isso vários homicídios entraram para a história, decorrido dessas disputas por territórios.

Segundo Fernandes (2008), no dia 16 de abril de 1996 houve um bloqueio da rodovia PA, como forma de reivindicação a desapropriação da fazenda Macaxeira, bloqueando a passagem até Belém, sendo nesse cenário de luta pela terra, que ocorreu várias mortes, este conflito ficou conhecido como Massacre de El Eldorado dos Carajás.

DEGRADAÇÃO AMBIENTAL

A interação do homem com ambiente vem causando uma grande perda da biodiversidade, e com a industrialização esses problemas só se acentuaram. A mecanização, trouxe vários impactos negativos para ecossistema danificando os lenções freáticos, matando a flora/fauna, tornando os solos improdutivos e prejudicando a dinâmica geoambiental. No início dos anos 1930, e posterior a esse período começaram a introdução das pequenas indústrias brasileiras, chamadas de indústrias de base, Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), Vale do Rio Doce e Petrobras, modificando a dinâmica socioespacial e socioambiental dos territórios, em que foram instaladas.

a partir da década de 1930, encontra-se no Sul uma indústria importante. São Paulo tornou-se uma grande metrópole industrial, onde estavam presentes

todos os tipos de fabricação. Chamado a acompanhar esse despertar industrial, o país inteiro conheceu uma quantidade de solicitações e sobretudo foi impregnado pela necessidade de concretizar a integração nacional. (SANTOS; SILVEIRA, 2014, p. 42).

A expansão da industrialização, que antes era especificamente sul e sudeste, regiões pioneiras no processo de acumulação de capital e conseqüentemente setores altamente industrializados, suscitou a construção de rodovias, ferrovias e hidrovias, com intuito de facilitar o escoamento e a fluidez das mercadorias por todo o país. Esses fenômenos provenientes da industrialização intensificaram processos naturais/antrópicos como: movimento de massa, degradação ambiental, desmatamento, acúmulo de resíduos sólidos e desertificação.

Diante disso Melo (2016), teoriza sobre a existência duas formas distintas e associadas atuantes no processo de deslizamentos de massa em encostas, sendo o primeiro o intemperismo químico decorrido da dissolução dos agregados do solo (liquefação), e o segundo o físico provocado pela força de arraste da água e ainda salienta outro agravante nesse cenário, a topografia do ambiente, podendo intensificar o impacto desses materiais erodidos.

As moradias construídas em encostas substituem a vegetação que davam sustentação ao solo, acelerando o processo de deslizamento/tombamento. O escoamento superficial transporta os sedimentos erodidos no processo de construção de domicílios deixando o solo desprotegidos de minerais e detritos orgânicos, esses são depositados em áreas baixas, formando uma bacia sedimentar, cercada de morros e planaltos ou ainda promovem o assoreamento de rios e bacias hidrográficas.

São ainda problemas ambientais das cidades as urbanizações de baixo padrão em áreas de riscos como encostas com altas declividades. Isso ocorre nos morros no Rio de Janeiro, São Paulo, Santos, Salvador, Belo Horizonte, Petrópolis e algumas outras cidades onde são frequentes os deslizamentos de terra. (ROSS, 2019, p. 220).

A serrapilagem removida para expansão das áreas agrícolas provocam o aumento da erosão por salpicamento e o escoamento superficial, visto que esse último é causado pelos altos índices de pluviosidades e falta de materiais orgânicos no solo, pois essa camada de serrapileira impedem a velocidade e facilitam o processo de infiltração das águas das chuvas no solo e subsolo. As irrigações de monoculturas juntamente com o alto teor de agrotóxicos poluem os aquíferos e diminuem a fertilidade do solo, demandando cada vez mais a utilização de agroquímicos para aumento da produção.

“As propriedades do solo são de grande importância nos estudos de erosão, porque, juntamente com outros fatores, determinam a maior ou menor susceptibilidade à erosão.” (GUERRA; CUNHA, 2013, p. 154).

A agricultura moderna utiliza-se de ferramentas distintas, na qual melhoram as sementes para ser utilizadas em determinados ambientes artificiais. Os nutrientes presentes no solo as vezes não assegura o cultivo de determinadas culturas e pensando nisso criam-se possibilidades através da técnica, tecnologia e da ciência. O sistema de irrigação propicia ao agricultor a grande produtividade e a boa aparência dos alimentos, todavia, a adubação química desestabiliza os nutrientes do solo, aumentando ou diminuindo PH do mesmo, tornando improdutivo.

No sistema de irrigação, os valores ambientais as vezes são postos de lado para dar lugar a uma visão progressista, na qual a lucratividade está acima de tudo, inviabilizando o solo e cada vez mais deixando-o dependente de adubos químicos. A inoculação dos insumos no solo traz grandes impactos negativos como a salinização, e a infiltração desse material artificial na terra atingindo os recursos hídricos internos.

Para que o projeto de irrigação tem ascendência em seu processo de produção/lucratividade, são necessários estudos e planejamento da área, em que vai ser instalado a fertirrigação, neste sentido para melhor funcionamento dessa estrutura produtiva é primordial o uso sustentável dos recursos naturais.

O sistema de hidroponia, dentro do Distrito de Irrigação é visto pelos moradores dos lotes, como meio viável para o cultivo de culturas diferentes, a priori, sem agressão ao solo, são ferramentas impostas pelo sistema do agronegócio, em que se expande e demanda um enquadramento do agricultor dentro da sua logística político-financeira.

Figura 02: Sistema de Hidroponia, Distrito de Irrigação Tucano-BA.



Fonte: SANTOS, 2019.

O modelo de agricultura abordado acima, induz um alto índice de tecnologia inseridas no campo e uma grande demanda de capital para obtenção do maquinário e especialização, quanto ao uso dessas ferramentas. O sistema de hidroponia é utilizado no Distrito de Irrigação-Tucano-BA, na qual foram feitas algumas pesquisas, com intuito de compreender os dilemas da agricultura familiar camponesa da região, percebendo que as ferramentas usadas (maquinário, técnica e cientificidade), são de gradual emprego por alguns trabalhadores locais.

Desse modo a infraestrutura da localidade é composta por dois setores: agrícola e residencial sendo o primeiro compreendido como área de produção e o segundo meio habitacional dos moradores do distrito de irrigação, esses fazem uso de insumos agrícolas e tecnologias modernas, sendo caracterizado como agricultor familiar de acordo com sua organização de trabalho e ainda por considerar que a agricultura camponesa na atual fase do capitalismo seja exonerada, dando lugar a uma agricultura de base familiar, porém, com utensílios técnicos modernos.

A relação do camponês com a sociedade, sob esse ângulo, o conduz fatalmente à autonegação: seu ser só pode ser entendido pela tragédia de seu devir. Sua definição é necessariamente negativa: ele é alguém que não vende força de trabalho, mas que não vive basicamente da exploração do trabalho alheio. Nesse plano, então, no mundo capitalista, o camponês pode ser no máximo um resquício, cuja integração à economia de mercado significará fatalmente sua extinção. (ABRAMOVAY, 2007, p. 63).

Entretanto a pesquisa foi norteadada, de acordo com a estrutura do pensamento de Bernardo Mançano Fernandes, o qual considera as características já abordadas como modelo econômico-político do agronegócio e a proliferação de uma ideologia capitalista de exaurimento do campesinato.

“O sistema agrícola do agronegócio é distinto do sistema agrícola do campesinato. No sistema agrícola do agronegócio, a monocultura, o trabalho assalariado e produção em grande escala são algumas das principais referências.” (PORTELA; FERNANDES, 2008, p. 49).

A fertirrigação é uma ferramenta de diluição de água e minerais nutritivos ao solo, que vão ser utilizados para adubar a terra e aumentar a produtividade através da absorção desses minerais inoculados no solo por meio da irrigação de gotejamento, aspersão/microaspersão. Essas são técnicas avançadas e demandam um grande investimento na estrutura da área a ser cultivada. Através de projetos e políticas públicas, o estado acaba por disseminar a

política de expansão do agronegócio, procurando homogeneizar todo território, instituindo um modelo de agricultura.

[...] a agricultura familiar é um fenômeno tão generalizado nos países capitalistas avançados que não pode ser explicada pela herança histórica camponesa, de fato, em alguns casos, existente: na verdade, o Estado foi determinante na moldagem da atual estrutura social do capitalismo agrário das nações centrais. (ABRAMOVAY, 2007, p. 31-32).

MOVIMENTOS MIGRATÓRIOS INTERNOS

Partindo do conceito etimológico da palavra migração, que se refere ao movimento espacial de determinado grupo populacional, pode-se chegar a uma interseção de fatores que ocasionam esses deslocamentos, na qual podem ser de ordem econômica, política e cultural. Remetendo ao descobrimento/invasão do continente americano, ainda conhecido como novo mundo, as nações colonizadoras iniciaram-se um processo de povoamento nessas áreas com objetivo de legitimar seu poderio político.

As guerras, a fome, e a miséria econômica, foram alguns dos motivos pelos quais fizeram com que ocorresse as migrações intercontinentais, no caso da Europa para América, principalmente estimulados pelo governo colonizador Espanha e Portugal que foram os percussores da invasão as terras autóctones e posteriormente a emigração dos ingleses para as novas terras, visto que estavam sofrendo perseguições religiosas em seus países de origens e espontaneamente se dispuseram a migrar. De início esses deslocamentos populacionais eram permanentes com a utopia de povoar e criar laços com o novo mundo, o que não era permitido em seu antigo lugar de origem devido as mazelas socioeconômicas e o regime político europeu.

“E a situação interna da Europa, em particular da Inglaterra, as suas lutas políticos-religiosas, que desviam para América as atenções de populações que não se sentem à vontade e vão procurar ali abrigo e paz para suas convicções” (PRADO JUNIOR, 2011, p. 22).

A colonização do continente Americano ocorreu de maneiras distintas, na parte setentrional especificamente na Virginia do Norte produziam-se para o consumo interno, através da mão de obra familiar, no caso da América meridional, os portugueses principalmente, em primazia tentaram ludibriar os nativos com o escambo e depois escravizar essa população que já residia em suas terras equilibradamente com o meio natural, da mesma água bebe os espanhóis mercantilizando as terras para o exterior.

Então deste modo os colonos dos trópicos têm como suas características, as seguintes:

“Não é o trabalhador, o simples povoador; mas o explorador, o empresário de um grande negócio.” (PRADO JUNIOR, 2011, p. 125).

O tratado de Tordesilhas concebido pelo Papa Alexandre VI, foi o atenuante das disputas territoriais sul-americanas entre as duas potências europeias daquele período, essa divisória privilegiava ao reino espanhol, já que as terras recém-descobertas a 100 léguas a oeste da ilha de Açores pertenciam aos castelhanos, então os lusitanos pediram revisão desse documento, no qual ratificava a divisão do novo continente e tentando evitar futuros conflitos os espanhóis concordaram em ficar com 370 léguas a oeste da ilha de açores. Essas demarcações não foram respeitadas, visto que a coroa lusitana invadiu o domínio hispânico e aumentou sua territorialização sobre a outra nação.

A política de dominação portuguesa provocou a mobilidade dos colonos da parte litorânea para interior, procurando explorar o continente e materializar suas forças, estabelecendo fronteiras, já que o tratado de Madri de 1750 invocava que aqueles que possuíam as terras eram seus verdadeiros donos, se valendo do princípio do “*uti possidetis, ita possideatis*”. Depois de formado os núcleos colonizadores no interior do Brasil, iniciaram a mercantilização das terras, ou seja, o cultivo de alimentos para exportação, afim de aumentar a lucratividade e o domínio português.

[...], em 1750, já era o caso, e quando se redigiu o tratado luso-castelhano daquele ano (Tratado de Madri), em que se delinearão efetivamente pela primeira vez as linhas divisórias entre possessões portuguesas e espanholas neste hemisfério, linhas que seriam grosseiramente as mesmas de hoje, o critério que deu naquelas fronteiras tão atuais não foi se não o da ocupação. (PRADO JUNIOR, 2011, p. 35).

Diante dessa necessidade, o bandeirantismo prospectador tinha como incumbência a descobertas das minas auríferas pelo interior, final do século XVII e início do século XVIII, posterior a esses eventos eclodiu o movimento migratório interno, formando núcleos de povoamento no entorno de Minas gerais, Goiás e Mato Grosso para extrair os metais preciosos destas áreas, porém eram locais que não propiciavam o plantio e para suprirem suas necessidades biológicas, embrenharam-se nas matas, abrindo vias para escoamentos e suprimentos de alimentos provenientes de outras colônias, como a produção de charque advinda da região do São Francisco na Bahia.

“Aquela nebulosa de estabelecimentos mineradores se agrupa em três núcleos de maior densidade. Cada qual constituirá, administrativamente, uma capitania: Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso. (PRADO JUNIOR, 2011, p. 57).

As impedências naturais dificultaram a movimentação de uma colônia para outra, impossibilitando as trocas de recursos de forma instantânea, o que só foi permitido séculos depois com a integração do território nacional. Ademais a hostilização dos nativos foram outro percalço vivenciados pelos colonizadores.

Desse modo, as minas de ouro necessitavam de mão de obra escrava, aprisionaram os indígenas e trouxeram negros do continente Africano, nessa fase começa a migração temporária dos colonos que residiam no litoral para o interior, visando esses últimos uma maior exploração das terras, o que levará ao movimento reverso tempos mais tarde com a decadência da mineração.

Com o declínio da mineração houve uma movimentação em massa de despovoamento do interior para o litoral, ascendendo novamente a agricultura nessas áreas, o que irá proporcionar o cultivo do café e alavancar a economia do sudeste, com as grandes monoculturas dos cafezais, neste período marca a imigração dos italianos principalmente para trabalhar nas lavouras, em virtude de sua mão de obra qualificada e a legislação vigente da lei Eusébio de Queirós.

Estavam, portanto, lançadas as bases para a formação da grande corrente imigratória que tornaria possível a expansão da produção cafeeira no Estado de São Paulo. O número de imigrantes europeus que entram nesse estado sobe de 13 mil, nos anos 70, para 184 mil no decênio seguinte e 609 mil no último decênio do século. O total para o último quartel do século XIX foi 803 mil, sendo 577 mil provenientes da Itália. (FURTADO, 2005, p. 130).

Com a ascensão do Café em meados do século XIX, houve um grande acúmulo de riquezas internamente, São Paulo era o maior produtor cafeeiro e isso permitiu um maior fluxo migratório para a região Sudeste, o que iria mudar esse cenário no século XX com as duas grandes guerras mundiais e a crise de 1930. Esses eventos fizeram com que a economia do café viesse a declinar, visto que não poderiam exportar seus produtos, procurando suprir as demandas internas, o governo diversificou sua produção, tentando mitigar os efeitos das importações, isso possibilitou a implementação de indústrias nesta região.

As desigualdades sociais entre as regiões do país são explicadas em parte pela produção econômica, dado que a região sudeste nos períodos anteriores a este século eram grandes produtoras de minérios e café, isso corroborou para a industrialização e a urbanização nesta área. Portanto tornou-se um setor atrativo para grandes empresas e em confluência a isso aumentou o fluxo migratório para essa região.

A seca e as dificuldades sociais impostas pela administração, evidenciou o processo de migração temporária, ocorria sazonalmente quando a escassez das chuvas chegava no Nordeste do país, porém outro evento socio-político-econômico

ressignificou o processo de migração inter-regional, a revolução verde mecanizou o meio rural e os que residiam nesse espaço praticando agricultura familiar foram expropriados indo para centros urbanos a procura de empregos, modificando a dinâmica socioespacial do “lugar”, tornando o que antes era temporário em permanente.

ESPAÇOS DE REMANESCÊNCIA E LUTA PELA EMANCIPAÇÃO

O conceito de espaço e tempo é vital para o estabelecimento das relações com as lutas emancipatórias e assim compreendermos os fenômenos em sua totalidade. O espaço com o decorrer do tempo ganhou novas denominações, sendo objeto de estudo da geografia e imprescindível para análise geográfica do todo. No decorrer da história do pensamento geográfico, as noções de espaço começaram a ser discutida juntamente com as outras categorias ou conceitos-chave da geografia, paisagem, lugar, território e região. Nos atenhamos a categoria espaço que deixou de ser um conceito inerte e passou a ser uma peça fundante na compreensão dos dilemas socioespaciais da contemporaneidade.

“A noção de espaço é assim inseparável da ideia de sistema de tempo. A cada momento da história local, regional, nacional ou mundial, a ação das diversas variáveis depende das condições do correspondente sistema temporal.” (SANTOS, 2014, p. 36).

A geografia tradicional enfatizava o conceito de paisagem e região na elaboração de suas pesquisas, através do método comparativo faziam descrições da natureza e percebiam as especificidades de cada recorte espacial, feito com intuito de desvendar o meio natural, Humboldt naturalista Prussiano, corroborou para sistematização da geografia, viajando pelos continentes, catalogando espécies e criando mapas das regiões por onde passava, Karl Ritter filósofo e historiador em confluência com as obras de Humboldt ascenderam a geografia, sistematizando-a em ciência.

A geografia de Ratzel, colocava o homem como elemento do meio natural e visto que suas teorias eram baseadas nas ideias de Lamarch e Charles Darwin propunha que as civilizações com maior domínio sobre o território natural e social se expandiria e sobressaia sobre as demais, denominou essa análise de “espaço vital”.

[...], Ratzel elabora o conceito de “espaço vital”; este representaria uma proporção de equilíbrio entre a população de uma dada sociedade e os recursos disponíveis para suprir suas necessidades, definindo, portanto, suas potencialidades de progredir e suas premências territoriais. (MORAES, 2007, p. 70).

Com o decorrer do tempo, novos estudos foram sendo feito sobre os conceitos-chave e sua relação com análise do meio geográfico, a partir de 1950, a noção de

espaço tomou centralidade nas pesquisas, através do conceito planície isotrópica, sendo uma área plana em que os atributos físicos se dispõem de forma homogeneia, dando maior possibilidades para formação de arranjos espaciais, centro-periferia.

Em 1970 surge um novo segmento da renovação geográfica, derivado do materialismo histórico e dialético, preconizado por Karl Max, potencializando a noção de espaço e enfatizando as relações de trabalho na produção espacial, nesta matriz de pensamento, geografia radical ou crítica, os estudos de Milton Santos foram de grande valia, conceituando espaço como:

“conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ação que formam o espaço. Não se trata de sistemas de objetos, nem de sistemas de ações tomados separadamente” (SANTOS, 2006, p. 39).

Pontuando as relações sociais e naturais como sendo construtoras do espaço geográfico em seu movimento dialético, os sistemas de objetos materializados através da ação humana no meio ambiente (firmas, instituições, infraestrutura) produzem uma paisagem segunda, dentro desse movimento, um fator primordial para a compreensão é a dimensão tempo, visto que esses objetos ganham significados e valores e se perpetuam no decorrer da dimensão temporal, esses a cada período de tempo, surgem ou mesmo se renovam, modificando a estrutura do todo, visto que os elementos constituintes do espaço interagem uns com outros.

O poder político/capitalista das grandes corporações, ou seja, redes de empresas que transcendem as cidades, para produzir e aumentar seu poder territorial no campo, provocam o movimento de territorialização e desterritorialização no momento em que ocupam áreas para produção, e nesses espaços subsidiam civilizações que são remanescentes de uma cultura tradicional, neste instante emerge um embate por disputas territoriais.

As lutas pelos ideais de preservação de suas áreas de cultivo tradicionais, tomam grandes dimensões desde a formação de órgãos que lute pelos direitos dos remanescentes à movimentos agrários organizados com intuito de combater a proliferação das transnacionais/multinacionais no campo. A expropriação e as pressões sofridas pelo estado, objetivando a redistribuição fundiária provocaram o fenômeno de reterritorialização, no instante em que lutam por justiça social, direito à terra e através disso recebem concessões da união, tendo direito de se instalar e produzir para sua sobrevivência e da comunidade assentada.

DISCUSSÃO/RESULTADOS

O termo agricultura familiar traz em seu âmago uma estrutura dicotômica, a qual não é incomum o uso desse conceito como sinônimo de agricultura camponesa. Entretanto faz-se necessário a diferenciação quanto a empregabilidade dessas terminologias, para Bernardo Mançano Fernandes (2003), o agricultor camponês é o indivíduo que produz através de sua organização familiar para sua subsistência e dialeticamente conflitua com o capital no campo, o qual difere do pensamento de Abramovay (2007), em que defende a desintegração ou metamorfoseamento do agricultor familiar camponês, se tornando um produtor familiar integrado no mercado

Figura 03: Tico-Tico, ferramenta do agricultor familiar camponês, Tucano-BA.



Fonte: SANTOS, 2020.

Figura 04: Enxada, instrumento camponês, Tucano-BA.

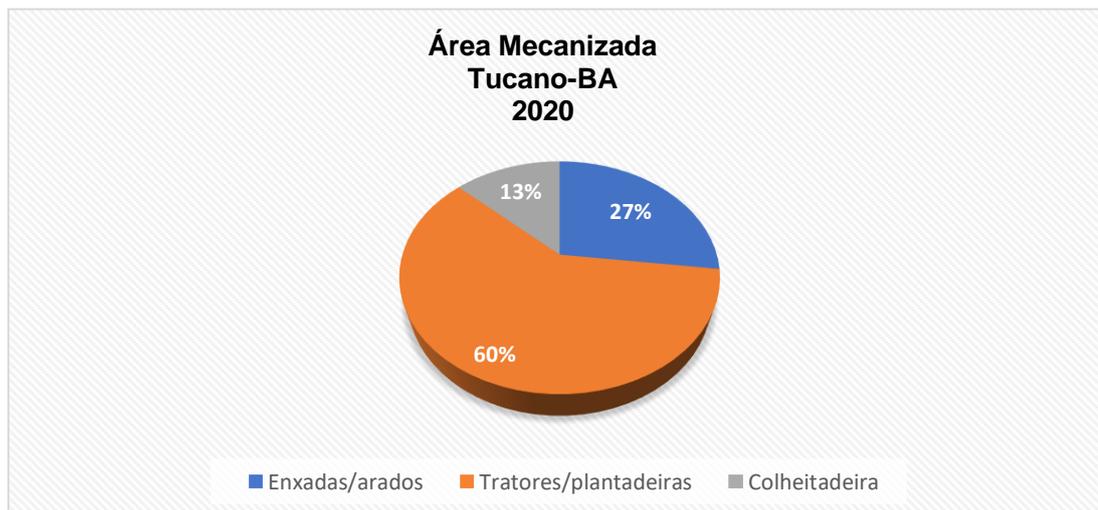


Fonte: SANTOS, 2020

capitalista de produção.

Dessa forma a pesquisa objetivou demonstrar os dilemas da agricultura familiar camponesa em Tucano-BA, os dados obtidos e tabulados concretizaram as hipóteses que deu início a esse trabalho. Portanto essa confirmação veio através da pesquisa de campo e da técnica de amostragem usada, a qual asseverou que a região pesquisada possui um grande número de agricultores familiares que estão em transição para o modo capitalista de produção, diante dos incentivos creditados pelos bancos, todavia os agricultores camponeses produzem e se reproduzem por meio do capitalismo, sendo assim coexistindo com os demais modos de produção. O maquinário utilizado em maior proporção pelos produtores familiares camponeses são tico-tico, enxadas e arados com auxílio dos animais para a tração, o uso dessas técnicas rudimentares assegura a sua permanência no campo, pois não tem acesso as demais tecnologias modernas.

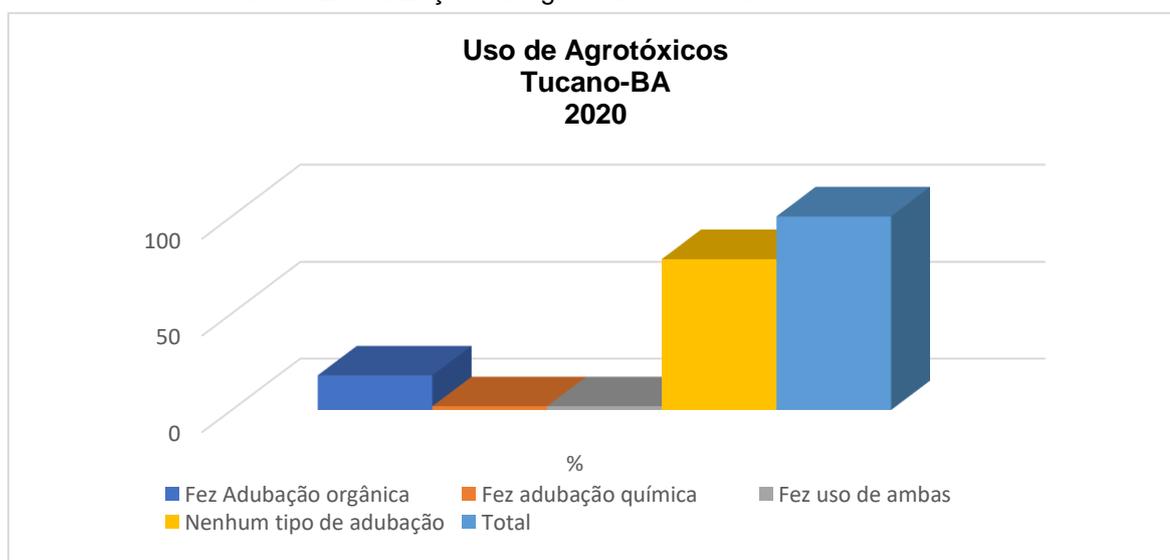
Gráfico 01: Mecanização do campo.



Fonte: trabalho de campo, 2020.

Os dados mostram a predominância de tratores e plantadeiras no processo de produção de culturas, sinalizando assim, que cada vez mais o capital/mecanização adentra no setor agrícola e por sua vez acaba que produzindo novas relações de produção, através da mão de obra familiar camponesa e as relações não capitalistas no campo, a exemplo disso os meeiros e arrendatários. Ademais é possível perceber que as famílias de técnicas utilizadas pelos camponeses são primarias (comparadas com as modernas), sendo assim as mais empregadas são enxadas e arados, além disso sua empregabilidade no campo é de menor agressão ao solo e de fácil manejo da terra, com o passar do tempo se ressignificam no espaço, através do modo de produzir dos agricultores familiares camponeses.

Gráfico 02: Utilização de agrotóxicos em cultivos.



Fonte: Trabalho de campo, 2020.

Por certo é relevante a análise dos dados obtido na pesquisa, testemunhando que o nível de capital empregado na região de Tucano-BA, destinado a compra de incentivos agrícolas, não é uma prática recorrente, pois a maioria são pequenos produtores e não possuem subsídios, além do mais o nível informativo desses produtores sobre o uso de adubação no solo é baixo, sendo feito apenas o processo natural de recuperação dos seus nutrientes. Não obstante existem práticas de cultivo por meio de adubos orgânicos, como são feitos pelos produtores de hortaliças, visto que são agricultores familiares camponeses e possuem uma política de contestação ao uso de produtos químicos, por conseguinte o gráfico afirma essa indagação, sendo a taxa de agrotóxicos menor que a de adubação orgânica. Assinala ainda a falta instrução técnica nessas áreas, já que o grau de não adubação é elevado, podendo o solo ser propício ao cultivo sem adubação.

O modo de produção capitalista da região Tucano-BA, é baseado na introdução de máquinas, agrotóxicos, mão de obra familiar e contratada. Essas características são modelos estruturados pelo agronegócio brasileiro, com o objetivo de homogeneizar todo território, implantando um modelo agrícola, contudo, sabe-se que no cenário agrário brasileiro possuem uma heterogeneidade, quanto ao uso e ocupação do solo, se materializando no espaço através da dialética das relações não capitalistas que produzem capital. Na área pesquisada pode-se notar a presença de arrendatários, parceiros e meeiros, no qual fazem todo o processo produtivo e no final da safra dá o equivalente ao dono das terras.

O que se pode concluir desse processo de desenvolvimento desigual e contraditório do capitalismo no campo é que se está diante da sujeição da renda da terra ao capital. O capital, portanto, não expande de forma absoluta o trabalho assalariado (sua relação de trabalho típica) por todo canto e lugar, destruindo de forma total e absoluta o trabalho familiar e camponês. Ao contrário ele cria e recria o trabalho familiar camponês para que a produção do capital seja possível e, com ela, a acumulação possa aumentar. (OLIVEIRA, 2019, p. 480).

Portanto, há coexistência entre agricultores familiares camponeses com aqueles altamente introduzido no mercado capitalista ou em processo de transição dentro da cidade de Tucano-BA, sendo a maioria os camponeses que não se submetem as políticas subserviente de transformação do campesinato em agricultor familiar capitalista e através das relações não capitalistas, vão produzindo e se reproduzindo, lutando contra sua erradicação, contribuindo para a diversidade produtiva, dentro do campo. Esse setor familiar camponês produz para sobrevivência e comercializam o excedente nas feiras livre de Tucano-BA, a qual ocorrem aos sábados, deslocando-se esses

agricultores dos municípios para sede, esta autonomia no processo de produção e comercialização dos agricultores camponeses, se dá como instrumento de resistência aos mecanismos mercadológicos do capitalismo.

Segundo Andrade et al. (2019), o uso de agrotóxicos em lavouras ocorrem de maneira alarmante, corroborando para a degradação do meio fisiográfico e não apenas desse, mas de toda parcela da sociedade que consome esses alimentos, enfatiza ainda a luta dos camponeses, a qual remetem uma contestação ao uso desses insumos.

A estruturação da pesquisa ocorreu com a delimitação da temática e da área a ser pesquisada, posteriormente foram feitos estudos bibliográficos acerca do tema proposto, em seguida inicia-se os procedimentos metodológicos para se fazer a compilação dos dados obtidos em campo, ademais foram utilizados a técnica de amostragem, aplicando-se questionários para população alvo, no caso os agricultores familiares da região de Tucano-BA, objetivando concretizar as hipóteses que cunharam a pesquisa.

Desse modo o questionário foi elaborado dentro do tema proposto: os dilemas da agricultura familiar em Tucano-BA, a seleção dos indivíduos pertencentes a amostra a ser pesquisadas foram feitas de forma aleatória, sendo os indivíduos do universo delimitado para a pesquisa. As questões foram de ordem qualitativa, tendo objetividade e uma linguagem de fácil entendimento. A exemplo disso: Fez uso de adubação química? Fez uso de adubação orgânica? Fez uso de adubação mista? Visando preencher lacunas, esse questionário foi aplicado em forma de entrevista para alguns elementos da amostragem que não possuíam escolaridade. A posteriori os dados foram tabulados em forma de tabela e gráficos, para compreender o processo e fazer interpretações acerca do que foi obtido na pesquisa.

CLONCLUSÕES

Diante do que foi exposto e teorizado nessa pesquisa as lutas no campo denunciam as desigualdades socioespaciais e econômicas que determinados grupos ou minorias se encontram, sendo marginalizados, servindo de base para a concentração de riquezas e a permanência da “elite” no poder. Os latifundiários, por muito tempo dominaram o setor agrário brasileiro, através do coronelismo, mesmo depois de anos com as mudanças sociopolíticas que ocorreram dentro do território, esse poder ainda tem um epicentro, as corporações dominaram todos os setores, desde o primário ao terciário, no âmbito de que a mão de obra humana deixa de ser requisitada para dar lugar aos “braços” robóticos elaborados pela capacidade técnica.

Diante da dominação massiva do setor primário pelas máquinas, acirram-se os conflitos de ordem político-econômico, por um lado a expropriação de suas terras e a

evasão do campo, de outro o aumento da produtividade e a expansão do agronegócio, esses dois movimentos dialéticos produzem e reproduzem conflitualidades dentro do território usado. Isso em se tratar de problemas no campo, entretanto esses embates transcendem o setor rural e chegam nos centros urbanos, através dos movimentos migratórios, deixando as cidades infladas, e acarretando novas disputas territoriais e discrepâncias sociais.

Portanto a Agricultura familiar camponesa tem como base organizacional o trabalho da família, possuem uma pequena área territorial e produz em menor escala, se comparado com a produção de monoculturas, que utiliza grandes extensões de terras e é característica das empresas do agronegócio, que objetivam a exportação da produção e a estocagem das mercadorias, para aumentar a produção usam grandes teores de agrotóxicos, tanto no solo, como nas lavouras, primeiro visando a correção, segundo tentando evitar pragas.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão**. 3 ed. São Paulo: Edusp, 2007.

ANDRADE, M. C. **A questão do território no Brasil**. 2 ed. São Paulo: Hucitec, 2004.

ANDRADES, T. O.; GANIMI, R. N. Revolução verde e a apropriação capitalista. **CES revista**, 21, p. 43-56, 2007.

ANDRADE, V. J.; MELO, F. P.; GOIS, D. V.; TEIXEIRA, A. C. S. Os dilemas da agricultura familiar frente ao uso de agrotóxicos em Adustina-BA. **Boletim Dataluta**, n. 139, p. 01-12, 2019.

BARROS, W. P. **Curso de direito agrário**. 8 ed. Porto Alegre: Editora livraria dos advogados, 2013.

BIZERRA, F. L. A dialética do Mst como movimento socioterritorial. **Boletim Dataluta**, 2019.

CASTRO, J. **Geografia da fome: o dilema brasileiro: pão ou aço**. 10 ed. Rio de Janeiro: Edições Antares, 1984.

FERNANDES, B. M. **Campesinato e agronegócio na América Latina: questão agrária atual**. ed. São Paulo; Expressão Popular, 2008.

FERNANDES, B. M. **Contribuição ao estudo do campesinato brasileiro formação e territorialização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra- MST (1979-1999)**.1999. 316 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de filosofia, letras e ciências humanas departamento de geografia. USP, São Paulo.

FERNANDES, B. M. **Entrando nos territórios do Território**. Disponível em: <http://www2.fct.unesp.br/nera/artigodomes/3artigodomes_2008.pdf>. Acesso em: 24 mai. 2020.

FERNANDES, B. M. Espaços agrários de inclusão e exclusão social: novas configurações do campo brasileiro. **Currículo sem fronteira**, v. 3, n. 1, p. 11-27, 2003.

FURTADO, C. **Formação econômica do Brasil**. 32 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2005.

GUERRA, A. J. T. Processos Erosivos nas Encostas. In: GUERRA, A. J. T. (Org.); CUNHA, S. B. (Org.). **Geomorfologia: uma atualização de bases e conceitos**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013. Cap. 4, p. 149-209.

HORII, A. K. D. Contradições do capitalismo no campo: o uso de agrotóxicos e os desafios à saúde humana. **Ciência geográfica-Bauru**, v. 19, p. 190-201, 2015.

IBGE-Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário**, 2017. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/tucano/pesquisa/24/76693>>. Acesso em 20 dez. 2019.

MELO, F. P. **Risco ambiental e ordenamento do território em Garanhuns-PE**. 2016. Tese (Doutorado em Geografia) - UFS, Sergipe, 2016.

MELO, F. P.; SOUZA, R. M. Reterritorialização do espaço agrário pernambucano, a partir de políticas públicas governamentais em Garanhuns-PE: erradicação do café e implantação da bacia leiteira. **Boletim Dataluta**. 01-13 2015.

MORAES, A. C. R. **Geografia: pequena história crítica**. 21 ed. São Paulo: Annablume, 2007.

OLIVEIRA, A. U. **Modo de produção capitalista, agricultura e reforma agrária**. ed. São Paulo: FFLCG, 2007.

OLIVEIRA, A. U. Agricultura brasileira transformações recentes. In: ROSS, J. L. S. (Org.). **Geografia do Brasil**. 6 ed. São Paulo: Edusp, 2019. Cap. 8, p. 464-534.

ONU-Organização das Nações Unidas. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2018/10/DUDH.pdf>>. Acesso em: 24 mai. 2020.

PONS, M. A. **História da agricultura**. 2. ed. Caxias do Sul: Ed. Maneco,2008.

PORTELA, F.; FERNANDES, B. M. **Reforma Agraria**. 13 ed. São Paulo: Ática, 2008.

PRADO JUNIOR, C. **Formação do Brasil contemporâneo**. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

RIBEIRO, R. J. Territórios da insegurança: o suicídio decorrente da ingestão de agrotóxicos em áreas rurais em ribeirão branco/SP. **Boletim Dataluta**. 01-08, 2018.

ROSS, J. L. S. A sociedade industrial e o meio ambiente. In: ROSS, J. L. S. (Org.). **Geografia do Brasil**. 6 ed. São Paulo: Edusp, 2019. Cap. 3, p. 208-237.

SANTOS, M. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. 4 ed. São Paulo: Editora das universidades São Paulo, 2006.

SANTOS, M. **Espaço e método**. 5 ed. São Paulo: Edusp, 2014.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil**: território e sociedade no início do século XXI. 18 ed. Rio de Janeiro: Record, 2014.

ZAMBERLAM, J.; FRONCHETI, A. **Agroecologia**: caminho de preservação do agricultor e do meio ambiente. Petrópolis: Vozes, 2012.

FERNANDES, B. M. **Questão agrária**: conflitualidade e desenvolvimento territorial. In: BUAINAIN, A. M. (Org.). Luta pela terra, reforma agrária e gestão de conflitos no Brasil. Campinas: Unicamp, 2008.